



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - Nº 90020/2024

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE VALENÇA, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço *por item*, para a PROVÁVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM, para a realização de futuros eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/RJ, na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelos **Decreto Municipal nº 236/2023**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacoespmvrj@gmail.com.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacoespmvrj@gmail.com.

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do Prefeito, constante do Processo Administrativo nº 684/2024 de 12/01/2024.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 12 de setembro de 2024, às 14 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP Nº 90020/2024, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a PROVÁVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM, para a realização de futuros eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Municipal de Valença/RJ, na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

PROGRAMA DE TRABALHO: 02 07 04 122 002 2014

CÓDIGO DE DESPESA: 33 90 36/39

FONTE DE RECURSO: 1500

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo I, totalizando a importância de R\$ 637.100,00 (seiscentos e trinta e sete mil e cem reais).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por item**.

7. PRAZOS

7.1 – O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados da sua data e assinatura do Contrato.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1 – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7.5 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de *12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Valença, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

7.5.1 – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.5.2 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, na forma do item 7.5.

7.5.3 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

7.5.4 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.2.1 – A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

8.10 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.11 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.12 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13– Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.15 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico:

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Prefeitura de Valença, promotora da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no preço *por item* do objeto licitado.

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

10.3.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados na Lei.

10.4 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.4.1 – O valor devido a título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.4.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.5 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

10.6 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.7 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Prefeitura de Valença, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

10.8 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.9.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte **não conduzirá** ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.9.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

11.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.7 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de **disputa aberto e fechado**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

11.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.8.1 – Não se admite que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item/lote.

11.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.9.1 – O licitante somente poderá oferecer *valor inferior* ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

11.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.10.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

11.10.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) **superior**, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.10.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 12.10.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.10.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.10.2 e 11.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.10.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.10.2 e 11.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.10.4.

11.10.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.10.5.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **menor preço**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance cujo valor seja igual ou inferior ao previsto na estimativa orçamentária (Anexo I).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

12.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de **menor valor**,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de **menor valor**.

12.6 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.7 – A Prefeitura poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.7.2 – Na hipótese de não realização ou de rejeição da demonstração apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.8 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.9 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de **menor valor**, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de **menor valor**, por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema COMPRASNET, observado o item 12.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.10 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.10.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.10.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 13.9.

12.11 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.12 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

12.13 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, à Prefeitura, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

12.14 – Quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto no item 12.13.

13. HABILITAÇÃO

OBS: A documentação de habilitação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), à exceção daquela que comprove a regularidade com a seguridade social, em razão do disposto no art. 195, §3º, da CF.

14.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.13 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/lotos para os quais oferecerá proposta.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.6.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a respectiva documentação de habilitação, os documentos especificados nos itens 14.1.C e 14.1.D relativos às microempresas ou empresas de pequeno porte que irá subcontratar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do Anexo VII.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar: (Os índices abaixo poderão ser exigidos cumulativamente ou não, devendo a Administração justificar a opção adotada. O percentual dos índices deverá ser fixado de acordo com o segmento de mercado de que trata o objeto da licitação)

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que **1**. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que **1**. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a **0,5**. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida na Introdução deste Edital para a realização da sessão do Pregão Eletrônico, exceto quando dela constar o prazo de validade.

Obs.1: Para o licitante sediado no Município de Valença - RJ esta comprovação será feita mediante apresentação de Certidão expedida pelo Cartório Único de Registro de Distribuição;

Obs.2: Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente subitem, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

Obs.3: Em caso de participação do certame com a filial, deverá ser apresentada conjuntamente a Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial da Matriz.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo VIII do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2024.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Valença, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Valença, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo IX.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

(E.1.1) Experiência Anterior: Detalhes sobre a experiência da empresa em fornecer serviços semelhantes, incluindo eventos festivos anteriores atendidos e referências relevantes.

(E.1.2) Equipe Técnica: Apresentação da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, destacando suas qualificações e experiência no setor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(E.1.3). Certificações e Licenças: Informações sobre as certificações, licenças ou qualificações específicas que a empresa possui, garantindo sua competência na prestação desses serviços

(E.2) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.3) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo III).

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

16. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

16.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.1.2 – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

16.1.3 – O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

16.1.4 – As aquisições adicionais a que se refere o item 16.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.1.5 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 16.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.1.6 – Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

16.1.7 – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

16.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

16.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

16.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo II).

16.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

16.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

16.7 – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

16.8 – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

16.9 – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/menor desconto obtido no certame for igual ao registrado.

16.10 – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo II.

17.7.1 – A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

17.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

17.3 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de *12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso*], a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Valença, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a Prefeitura e as licitantes vencedoras.

18.1.1 – Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura de Valença, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

18.4 – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

18.5 – O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

18.5.1 – A admissão de novas empresas referida no item 18.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

18.5.2 – A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “*ad judicium*” e “*ad negocia*”.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

19. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

19.1 – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

19.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

19.2.1 – Observado o disposto no item 19.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores de serviço, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

19.2.2 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

19.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

19.3 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

19.4 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

19.4.1 – Por iniciativa da Administração:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

19.4.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

19.4.3 – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.4.3.1 – Na hipótese prevista no subitem 19.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19.5 – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto nos itens 12.13 e 12.14.

19.6 – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

20. GARANTIA

Não será exigida garantia.

21. CONTRATAÇÃO

21.1 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.

21.2 – A prestação dos serviços que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Boletim Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.2.1 – Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

21.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Prefeitura de Valença.

21.4 – Se o prestador de serviço convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado prestar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

21.4.1 – Se não houver outros prestadores de serviço registrados que tenham aceitado prestar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

21.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.5.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

21.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor da CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato.

21.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará o refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

21.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.

21.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:

a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

21.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria Municipal de Educação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença e obedecido o disposto na legislação.

22.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura de Valença.

22.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

22.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a Prefeitura esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

22.3 – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VII, e declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho, na forma do Anexo VI.

22.4 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

22.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

22.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura.

22.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

23. REAJUSTE

23.1 – Os preços que vierem a ser pactuados por decorrência desta licitação serão fixos e irremovíveis.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 24.2

24.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Prefeitura de Valença poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

24.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

24.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.3.2 – 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

24.3.3 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

24.3.4 – 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

24.3.5 – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

24.3.6 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.3.7 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

24.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

24.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

24.6 – A sanção prevista na alínea “d” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

(a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

(b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

(c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

24.7 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.8 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

24.9 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração.

24.10 – A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

24.11 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25. FORO

21.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Valença para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

26.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Prefeitura de Valença.

26.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

26.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não a prestação dos serviços.

26.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

26.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Minuta Ata de Registro de Preços
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VI	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho
Anexo VII	Declaração ref. ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VIII	Declaração para fins de habilitação econômico–financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo IX	Declaração ref. ao art. 68, VI, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo X	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XI	Modelo de proposta
Anexo XII	Minuta da Ordem de Fornecimento de Serviços

22.6 – Este Edital contém 105(cento e cinco) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Valença, 23 de agosto de 2024.

Agente Público competente do órgão contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1. O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/Rj.

2. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	
1		
	<i>QUANTIDADE EQUIPAMENTOS:</i>	<i>TOTAL</i>
	- 25 DIÁRIAS, DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 01.	100.000,00
	- 25 DIÁRIAS, DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 02.	100.000,00
	- 15 DIÁRIAS, PAINEL DE LED'S PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 03.	60.000,00
	- 30 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 04.	105.000,00
	- 30 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 05.	96.000,00
	- 15 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 06.	37.500,00
	- 15 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS COMPOSIÇÃO 07.	30.000,00
	20 DIÁRIAS, CARRO DE SOM PARA ATENDER EVENTOS COM ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 08.	80.000,00
	- 04 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE LINHA PARA ATENDER EVENTOS DE ATÉ 08 HORAS DE DURAÇÃO - COMPOSIÇÃO 09.	31.600,00
	TOTAL	640.100,00
	<i>COMPOSIÇÃO 01 - SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE.</i>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:

02 P.A. FLY: 12 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 OU LINE ARRAY CONTENDO CADA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM 250 WATTS; 12 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA; 02 AMPLIFICADORES DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 02 AMPLIFICADORES DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 02 AMPLIFICADORES DE 1.600 WATTS RMS PARA MÉDIOS; 02 AMPLIFICADORES DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) DE 04 ENTRADAS E 08 SAIDAS COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS MONO, 08 GRUPOS DE VCA, 16 AUXILIARES, COM EQUALIZADOR, COMPRESSOR E GATE POR CANAL; 01 REGULADOR DE VOLTAGEM DE NO MÍNIMO 1.000 WATTS E 01 MULTICABO NO MÍNIMO 56 VIAS.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR.

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVER DE TITANIUM DE 250 WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB 850 CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 1.600 WATTS RMS PARA MÉDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS PARA OS DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 08 MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 02 FALANTES DE 12 POLEGADAS 400 WATTS CADA E 01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 02 AMPLIFICADORES DE 2.700 WATTS RMS; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 24 AUXILIARES, 08 GRUPOS DE VCA; 02 COMBOS DE GUITARRA COM 02 FALANTES 120 WATTS RMS; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS RMS; 01 CAIXA DE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM; 01 CAIXA DE SOM COM 01 FALANTE DE 18 POLEGADAS; 01 BATERIA COMPLETA COM BUMBO, CAIXA, ESTANTE DE CAIXA, 01 MÁQUINA DE HIT-HAT, 03 TONS, 01 SURDO, 01 PEDAL DE BUMBO E 03 ESTANTES DE PRATOS; 02 AMPLIFICADORES DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS CADA; 16 PHONES DE OUVIDO; 01 RACK PARA BATERIA; 06 PRATICAVEIS PARA BATERIA E PERCURSSÃO MEDINDO 1 M X 2 M; 12 DIRECT BOX PASSIVO; 07 DIRECT BOX ATIVO; 25

PEDESTAIS GIRAFA; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA 52, RE 20 OU D 112 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SM 81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10 MICROFONES MODELO SM 58

OU SIMILAR; 200 CABOS DE MICROFONES XLR; 20 CABOS P10/P10; 01 MICROFONE HET SET; 01 EAR FONE COM TRANSMISSOR SEM FIO E PHONE; 01 NOTEBOOK PARA A EXECUÇÃO DE MÚSICAS; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 02 - ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO:

18 refletores de LED de 15 watts cada RGBWA; 01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 01 CONSOLE DE ILUMINAÇÃO DMX 2048 CANAIS; 04 STROBOS 3.000 WATTS; 03 MÁQUINAS DE FUMAÇA

3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE SKY PAPER; 01 MINI FAN; 06 MOVING HEAD BEEN 280 10 R, 18

MOVING HEAD 575; 02 MINI BRUTT DE 4 LÂMPADAS; 02 MINI BRUTT DE 6 LÂMPADAS; 150

METROS DE CABOS DMX XLR; 02 SET LIGHT DE 1.000 WATTS; 01 MAIN POWER; 01 CANHÃO SEGUIDOR DE 2.000 WATTS; 40 GARRAS GLP 506; 12 PEÇAS TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 2

METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 3 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA Q

30 DE 4 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 1 METRO; 04 CURVAS DE ALUMINIO Q 30; 02 CUBOS DE ALUMÍNIO Q 30; 04 SLEVE DE ALUMÍNIO Q 30; 04 PAU DE CARGA;

200 PARAFUSOS; 04 TALHAS DE 5 METROS; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA; 50 CABOS

DMX XLR



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

COMPOSIÇÃO 03 - PAINEL DE LED'S

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 PAINEL DE LED P 12 COM NO MÍNIMO 10 PLACAS MEDINDO 1 X 1 METRO, TOTALIZANDO

10 METROS QUADRADOS OUTDOR; GRID DE TRELIÇA Q 30 DE ALUMÍNIO; CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA; 01 PROCESSADOR DE VIDEO HDMI; 01

NOTEBOOK; 01 OPERADOR DE PAINEL DE LED.

COMPOSIÇÃO 04 - SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF OU LINE ARRAY CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15

POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM

250 WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18

POLEGADAS 800 WATTS CADA OU SIMILAR; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01

AMPLIFICADOR DE 1.600 WATTS RMS PARA MEDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS E 08 SUBGRUPOS

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR. 04 MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS E

01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 01 CAIXA DE SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM PARA CONTRA BAIXO; 01 CAIXA DE SOM COM 01 FALANTE DE 18

POLEGADAS PARA SUB CONTRA BAIXO; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS;

01 AMPLIFICADOR DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS; 08 PHONES DE OUVIDO; 01

BATERIA COMPLETA; 02 PRATICAVEIS PARA BATERIA MEDINDO 1 M X 2 M; 07 DIRECT BOX PASSIVO; 08 DIRECT BOX ATIVO; 25 PEDESTAIS GIRAFÁ; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA 52, RE 20 OU D 112 OU



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SMS 81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10 MICROFONES MODELO SM 58 OU SIMILAR; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 05 - ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 16 PAR LED 3WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512

CANAIS; 02 STROBOS 3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 WATTS: UMA MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 06 MOVING HEAD 575, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 32 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 06 - SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

02 CAIXAS DE SOM GRAVES, MÉDIOS E AGUDOS; 02 CAIXAS DE SUBGRAVES; 01 AMPLIFICADOR PARA SUBGRAVES, 01 GRAVE, 01 MÉDIO E 01 PARA AGUDO; 01 GERENCIADOR DE SISTEMAS DE 4 ENTRADAS E 8 SAIDAS; 02 EQUALIZADORES; 01 EFEITO; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE 32 CANAIS; 01 APARELHO DE CD/DVD; 10 MICROFONES MODELO SM 58 COM FIO OU SIMILAR; 02 MICROFONES MODELO SM 58 SEM FIO OU SIMILAR; 10 PEDESTAIS GIRAFAS; 06 DIRECT BOX; 04 MONITORES MODELO SM 400 OU SIMILAR E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 07 - ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS, 12 PAR LED 03 WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512

CANAIS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 24 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 08 - CARRO DE SOM

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

CARRO DE SOM MODELO KOMBI OU SIMILAR, CONTENDO 04 CAIXAS DE SOM COM

08



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

FALANTES DE 12 POLEGADAS, 04 DRIVER DE 150 WATTS CADA, 08 DRIVER DE AGUDO DE 100

WATTS CADA, 01 CONSOLE MIXER DE NO MINIMO 16 CANAIS, 01 CROSSOVER E 03 POWER DE POTÊNCIA DE 1.000 WATTS CADA, 02 MICROFONES SEM FIO, 05 MICROFONES COM FIO,
01 APARELHO DE CD/DVD, 01 GERADOR DE 5 KVA.

COMPOSIÇÃO 09 - SONORIZAÇÃO DE LINHA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

08 TORRES DE SOM COM GRAVES, MEDIOS E AGUDOS, AMPLIFICADORES, CROSSOVER OU PROCESSADOR DIGITAL, 02 MICROFONES SEM FIO, 02 MICROFONES COM FIO, 04

PEDESTAIS, 01 CONSOLE MIXER DIGITAL COM NO MINIMO 32 ENTRADAS E 16 AUXILIARES, 01

NOTEBOOK E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de serviços de sonorização e iluminação para eventos festivos é fundamental para garantir a qualidade, segurança e sucesso dessas ocasiões. A utilização de equipamentos profissionais e especializados contribui significativamente para a experiência do público, proporcionando um ambiente agradável e envolvente. Além disso, a contratação de uma empresa especializada nesse tipo de serviço assegura que as necessidades específicas de cada evento sejam atendidas, desde a montagem até a desmontagem, garantindo que tudo ocorra conforme o planejado. Em resumo, a justificativa se fundamenta na importância desses serviços para a promoção de eventos festivos de qualidade e sucesso.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada com base na Lei Federal nº. 14.133/21.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Conforme estabelecido no item 2 presente neste Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Experiência Anterior: Detalhes sobre a experiência da empresa em fornecer serviços semelhantes, incluindo eventos festivos anteriores atendidos e referências relevantes.

6.2. Equipe Técnica: Apresentação da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, destacando suas qualificações e experiência no setor.

6.3. Certificações e Licenças: Informações sobre as certificações, licenças ou qualificações específicas que a empresa possui, garantindo sua competência na prestação desses serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Receber da Contratada os serviços no dia estabelecido;

7.2 Verificar a qualidade dos produtos apresentados;

7.3 Realizar os pagamentos até 30 (TRINTA) dias após apresentação, pela contratada, da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente;

7.4 Fornece a Contratada todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas;

7.5 Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a imediata regularização das mesmas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

7.6 Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e do contrato através de servidores especialmente designados;

7.7 Notificar, por escrito, a Contratada, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo contraditório e a ampla defesa.

7.8 Enviar a nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;

7.9. Atestar a Nota Fiscal após o recebimento definitivo dos serviços;

7.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.11. Zelar para que durante toda a vigência da Ata de registro de preços e contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo fornecedor, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA /CONTRATADA

8.1 Obriga-se a fornecer serviços para Secretaria requisitante, de acordo com as especificações contidas neste termo, e no contrato a ser firmado;

8.2 Na hipótese de o produto não atender às especificações, o mesmo será recusado, devendo a contratada substituí-lo por outro da mesma natureza e que seja adequado ao consumo;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.3 A secretaria requisitante poderá cancelar a solicitação dos serviços, mediante comunicação à contratada, não cabendo ônus a Contratante caso o cancelamento seja efetuado com antecedência mínima de 12 (doze) horas da data prevista para prestação dos serviços;

8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e fiscais, e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante;

8.5 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços realizados, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

8.7 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à secretaria municipal de Governo, ou a terceiros;

8.8 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.9 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

8.12 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.13 A Contratada é vedada transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, ficando a obrigada perante a secretaria requisitante, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais;

8.14 Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço e do contrato respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Será responsável pela fiscalização dois representantes do setor requisitante, que atestará a nota fiscal e receberá os objetos de acordo com este Termo de referência.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

9.3 O responsável de cada setor anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Pelo cumprimento do objeto contratado, a Contratante pagará à Contratada, a quantia relativa a efetiva entrega dos materiais, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

10.2 Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais.

10.3 A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

10.4 Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

11.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, incluindo Montagem e Desmontagem.

RESPONSÁVEL:

VICTOR EMANUEL DO COUTO

SUBSECRETÁRIO DE TURISMO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

ANEXO II

(MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

A Prefeitura Municipal de Valença-RJ, com endereço na Rua Dr. Figueiredo, 320, Centro, Valença – RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.076.130/0001-90, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Fernando Furtado da Graça, brasileiro, casado, economista, portador do CPF nº 679.334.677-68 e Carteira de Identidade n.º 05414271-6 - IFP, residente e domiciliado na Rua Antônio Stivanin, nº 416, Bairro Monte D'Ouro, Valença/RJ, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, e pelo **Decreto Municipal 236/2023**, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, homologado em _____ e publicado no Boletim Oficial do Município de Valença de ____/____/____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/RJ., consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12(doze) meses, *podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso*, a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença e obedecido o disposto na legislação.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura de Valença.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Prefeitura de Valença esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VII.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Boletim Oficial do Município.

Parágrafo Terceiro – A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Prefeitura de Valença poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (e) **Advertência;**
- (f) **Multa;**
- (g) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea “d” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Oitavo – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo a Prefeitura realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Valença para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP N° ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Valença, _____ de _____ de _____.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Pregoeiro

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

ANEXO III

**MINUTA DE CONTRATO
(PREGÃO ELETRÔNICO RP– Nº XX/24)**

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE VALENÇA, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para aquisição de bens na forma abaixo.

O Município de Valença com endereço na Rua Dr. Figueiredo, 320, Centro, Valença – RJ, inscrito no CNPJ sob o n.º 29.076.130/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Fernando Furtado da Graça, brasileiro, casado, economista, portador do CPF n.º 679.334.677-68 e Carteira de Identidade n.º 05414271-6 - IFP, residente e domiciliado na Rua Antônio Stivanin, n.º 416, Bairro Monte D'Ouro, Valença/RJ, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____ com sede à Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____ - _____, CNPJ n.º: _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, residente à _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____ - _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo _____, C.P.F. n.º _____, e perante as testemunhas abaixo firmadas têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE–RP Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo n.º 684 de 12/01/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, e pelo Decreto Municipal 236/2023, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/RJ, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 684/2024, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença.

Parágrafo Primeiro – Para fins de **medição**, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura de Valença.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS e INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista.

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura de Valença.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Os preços que vierem a ser pactuados por decorrência desta licitação serão fixos e irremovíveis.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até xx (XX) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de prestação dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato do Prefeito Municipal. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

Não há prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12(doze) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;**
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;**
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;**
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;**
- V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;**
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Valença ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Valença ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Valença ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria de Educação, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Prefeito Municipal, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarás em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Prefeitura poderá, sem prejuízo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- (i) **Advertência;**
- (j) **Multa;**
- (k) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (l) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 3) 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista na alínea “d” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (d) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (e) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (f) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Boletim Oficial do Município do ato que as impuser.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Oitavo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Décimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Segundo – As multas eventualmente aplicadas com base **na alínea “b” do caput desta Cláusula** não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da Secretaria de Cultura e Turismo e a da alínea “d” é da competência exclusiva do Prefeito Municipal.

Parágrafo Décimo Quarto – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quinto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Valença para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município no prazo estabelecido em Lei, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato;
- b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Valença, _____ de _____ de _____.

Luiz Fernando Furtado da Graça
Prefeito Municipal



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Valença, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Valença, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Prefeitura de Valença, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Valença, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Valença, ____ de _____ de _____.

**CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

ART. 63, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Valença, _____ de _____ de _____.

**CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

ANEXO IX

DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 68, VI DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação
nº ____/____ _____ [denominação/razão
social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –
CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a)
Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de
identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Valença, _____ de _____ de _____.

**CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

**ANEXO X
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,
IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Valença, _____ de _____ de _____.

**CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ANEXO XI
MODELO DE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA			Pregão Eletrônico RP N° ____ / ____		CNPJ:		
Razão Social:				E-mail:			
Endereço:					Tel.:		
Banco:			Agência:		Conta Corrente:		
Item	Código de Serviço / Código BR	Nome Padronizado		U/Serviço	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
						Preço Unitário: Por extenso	
						Preço Unitário: Por extenso	
Preço total item: Por extenso							
Preço total: Por extenso							
Declaramos inteira submissão aos termos desta proposta, do Edital e à Legislação em vigor. Valença, _____ de _____ de _____.							
Representante legal (nome por extenso) Cargo: CPF:							

Deverão ser atendidas as especificações constantes no Termo de Referência.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local de Entrega dos serviços: Conforme Termo de Referência.

Obs.1: A empresa adjudicatária deverá fornecer os serviços de acordo com estabelecido na Legislação específica vigente e no Código de Defesa do Consumidor.

Obs. 2: A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa, com todos os dados da mesma.

*Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATSER e do Edital, prevalecerá à descrição e a unidade de medida constante no Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ANEXO XII

(MODELO)

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO – OES – OFM Nº ____ / ____
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____ / ____

À

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	TELEFONE:	TELEFONE:
Nº DO BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

Solicitamos a Vossa Senhoria prestar os serviços abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP –Nº ____/____ e/ou do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº 684 de 12/01/2024, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de execução é a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/RJ, conforme as especificações constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE—RP – Nº ____/____ e/ou do Termo de Referência.

2. EXECUÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

O serviço deverá ser prestado a(o) _____ [órgão ou entidade requisitante] pelo prazo de _____ meses, a partir do dia ____/____/_____.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I. Prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e na Proposta;

II. Refazer o serviço, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e sem qualquer ônus para Requiritante, caso seja constatada a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no Termo de Referência;

III. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requiritante;

IV. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução deste instrumento;

V. Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° PE-RP – N° ____/____, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Prefeitura.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Prefeitura esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

(trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Prefeitura.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Serviços, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – Nº ____/____.

Valença, ____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Ratifico que o fornecimento de materiais solicitado pelo requisitante se encontra em consonância com a expectativa (máxima) de fornecimento informada pelo Órgão Participante.

Valença, ____ de _____ de _____.

Agente Público competente do Órgão Gerenciador
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Valença, 15/04/2024.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO.

Área Requisitante: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Servidor/Equipe responsável pela elaboração: Luísa Lopes de Carvalho Veloso

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

- 1.1 Trata-se de contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização e iluminação, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Valença/RJ.
- 1.2 Para exercer com qualidade suas competências e atividades finalísticas, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo depende dos equipamentos de sonorização e iluminação para atender as demandas de eventos que visam a valorização e manutenção da Cultura e Identidade do município.
- 1.3 A Secretaria de Cultura e Turismo do município de Valença enfrenta uma demanda crescente por eventos culturais e turísticos de qualidade, que promovam a rica diversidade cultural da região e atraiam visitantes. No entanto, para atender a essas demandas de forma eficaz, é crucial contar com equipamentos de sonorização e iluminação adequados e modernos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

1.4 Com equipamentos modernos e eficientes, será possível proporcionar experiências memoráveis ao público, fortalecendo a imagem de Valença como destino turístico e cultural e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

2. ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO:

2.1 A pretendida contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2023)

2.2 Além disso, os recursos financeiros necessários para fazer frente a essa despesa estão previstos no orçamento de 2023.

3. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO:

3.1 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), tendo em vista que são dotados de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Da Subcontratação

4.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Executar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Estudo Técnico Preliminar;

4.3 Fornecer todos os materiais, mão de obra e ferramentas utilizadas para montagem, execução, manuseio e desmontagem dos itens solicitados;

4.4 Responsabilizar-se integralmente pela guarda, vigilância, segurança e manutenção dos equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação dos serviços, não cabendo à contratante arcar com qualquer despesa relativa ao desaparecimento, roubo ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

furto dos equipamentos, materiais e ferramentas;

4.5 Arcar com todas as despesas relativas a transporte dos equipamentos, materiais e ferramentas necessários à montagem e desmontagem, bem como dos funcionários e colaboradores, taxas, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena e fiel execução dos serviços;

4.6 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas à sua equipe;

4.7 Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude da execução dos serviços, dentro do padrão técnico contratado;

4.8 Acatar as determinações referentes à rigorosa observância das normas técnicas e de segurança na execução dos serviços, bem como fornecer a todos os funcionários equipamentos de EPI (Equipamentos de Proteção Individual), conforme a necessidade de cada função;

4.9 Os funcionários devem utilizar os respectivos equipamentos de Segurança necessários conforme a NR-06 - Equipamento de Proteção Individual e caso necessário Equipamento de Proteção Coletiva, os colaboradores devem ser devidamente registrados conforme diretriz da CLT;

4.10 Os funcionários deverão estar sempre uniformizados durante a montagem, desmontagem e execução do evento;

4.11 Permitir o livre acesso ao local de servidor (es) designado (s) pela Secretaria de Cultura e Turismo, fornecendo todos os esclarecimentos solicitados, relativos ao desenvolvimento dos serviços em execução;

4.12 Apresentar ART do responsável técnico e atestado de abrangência, conforme documento padrão do corpo de bombeiros;

4.13 Disponibilizar técnicos responsáveis pelos equipamentos, durante todo o funcionamento do evento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 Em pesquisas relativas ao objeto deste estudo, o Painel de Preço oficial do Governo Federal encontra-se inoperante para a realização da pesquisa de preço. A partir disto, foram consultados potenciais fornecedores para a prestação do serviço.

5.2 Os serviços de sonorização e iluminação somente serão executados mediante Processo de Compra e Serviço emitida pela Secretaria de Cultura e Turismo, devendo a empresa contratada se responsabilizar pelo transporte para retirada e entrega dos equipamentos, se for o caso, bem como pelas despesas dele decorrentes, se necessário;

5.3 A mão de obra utilizada na execução do serviço deverá ser adequada com formação suficiente e necessária à especialidade à qual se destina o serviço a ser executado, podendo a fiscalização da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo solicitar a substituição do profissional, caso seja detectada a impossibilidade técnica do profissional em executar o serviço;

6. ANALISE DAS POSSIVEIS SOLUÇÕES:

6.1 Propiciar um evento seguro, alegre, com equipamentos de excelente qualidade para garantir um evento satisfatório.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/Rj, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste TR:

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

1		
	QUANTIDADE EQUIPAMENTOS:	TOTAL
	- 25 DIÁRIAS, DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 01.	100.000,00
	- 25 DIÁRIAS, DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 02.	100.000,00
	- 15 DIÁRIAS, PAINEL DE LED'S PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 03.	60.000,00
	- 30 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 04.	105.000,00
	- 30 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 05.	96.000,00
	- 15 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 06.	37.500,00
	- 15 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS COMPOSIÇÃO 07.	30.000,00
	20 DIÁRIAS, CARRO DE SOM PARA ATENDER EVENTOS COM ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 08.	80.000,00
	- 04 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE LINHA PARA ATENDER EVENTOS DE ATÉ 08 HORAS DE DURAÇÃO - COMPOSIÇÃO 09.	31.600,00
	TOTAL	640.100,00
	<p>COMPOSIÇÃO 01 - SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:</p> <p>02 P.A. FLY: 12 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 OU LINE ARRAY CONTENDO CADA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM 250 WATTS; 12 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA; 02 AMPLIFICADORES DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 02 AMPLIFICADORES DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 02 AMPLIFICADORES DE 1.600 WATTS RMS PARA MÉDIOS; 02 AMPLIFICADORES DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) DE 04 ENTRADAS E 08 SAIDAS COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01</p>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS MONO, 08 GRUPOS DE VCA, 16 AUXILIARES, COM EQUALIZADOR, COMPRESSOR E GATE POR CANAL; 01 REGULADOR DE VOLTAGEM DE NO MÍNIMO 1.000 WATTS E 01 MULTICABO NO MÍNIMO 56 VIAS.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR.

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS

400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVER DE TITANIUM DE 250

WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB 850 CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18

POLEGADAS 800 WATTS CADA; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES;

01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 1.600

WATTS RMS PARA MÉDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS PARA OS DRIVES; 01

PROCESSADOR DIGITAL COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 08 MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 02 FALANTES DE 12 POLEGADAS 400

WATTS CADA E 01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 02 AMPLIFICADORES DE 2.700 WATTS RMS; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 24

AUXILIARES, 08 GRUPOS DE VCA; 02 COMBOS DE GUITARRA COM 02 FALANTES 120 WATTS RMS; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS RMS; 01 CAIXA DE

SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM; 01 CAIXA DE SOM COM 01 FALANTE DE 18 POLEGADAS; 01 BATERIA COMPLETA COM BUMBO, CAIXA, ESTANTE

DE CAIXA, 01 MÁQUINA DE HIT-HAT, 03 TONS, 01 SURDO, 01 PEDAL DE BUMBO E 03 ESTANTES DE PRATOS; 02 AMPLIFICADORES DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS

CADA; 16 PHONES DE OUVIDO; 01 RACK PARA BATERIA; 06 PRATICAVEIS PARA BATERIA E PERCURSSÃO MEDINDO 1 M X 2 M; 12 DIRECT BOX PASSIVO; 07 DIRECT

BOX ATIVO; 25 PEDESTAIS GIRAFAS; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA

52, RE 20 OU D 112 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SM 81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10

MICROFONES MODELO SM 58



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

OU SIMILAR; 200 CABOS DE MICROFONES XLR; 20 CABOS P10/P10; 01 MICROFONE HET SET; 01 EAR FONE COM TRANSMISSOR SEM FIO E PHONE; 01 NOTEBOOK PARA A EXECUÇÃO DE MÚSICAS; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 02 - ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO:

18 refletores de LED de 15 watts cada RGBWA; 01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 01 CONSOLE DE ILUMINAÇÃO DMX 2048 CANAIS; 04 STROBOS 3.000 WATTS; 03 MÁQUINAS DE FUMAÇA 3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE SKY PAPER; 01 MINI FAN; 06 MOVING HEAD BEEN 280 10 R, 18 MOVING HEAD 575; 02 MINI BRUTT DE 4 LÂMPADAS; 02 MINI BRUTT DE 6 LÂMPADAS; 150 METROS DE CABOS DMX XLR; 02 SET LIGHT DE 1.000 WATTS; 01 MAIN POWER; 01 CANHÃO SEGUIDOR DE 2.000 WATTS; 40 GARRAS GLP 506; 12 PEÇAS TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 2 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 3 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA Q 30 DE 4 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 1 METRO; 04 CURVAS DE ALUMINIO Q 30; 02 CUBOS DE ALUMÍNIO Q 30; 04 SLEVE DE ALUMÍNIO Q 30; 04 PAU DE CARGA; 200 PARAFUSOS; 04 TALHAS DE 5 METROS; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA; 50 CABOS DMX XLR

COMPOSIÇÃO 03 - PAINEL DE LED'S

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 PAINEL DE LED P 12 COM NO MÍNIMO 10 PLACAS MEDINDO 1 X 1 METRO, TOTALIZANDO 10 METROS QUADRADOS OUTDOR; GRID DE TRELIÇA Q 30 DE ALUMÍNIO; CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA; 01 PROCESSADOR DE VIDEO HDMI; 01 NOTEBOOK; 01 OPERADOR DE PAINEL DE LED.

COMPOSIÇÃO 04 - SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF OU LINE ARRAY CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM 250 WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA OU SIMILAR; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 1.600 WATTS RMS PARA MEDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS E 08 SUBGRUPOS RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR. 04 MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS E 01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 01 CAIXA DE SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM PARA CONTRA BAIXO; 01 CAIXA DE SOM COM 01 FALANTE DE 18 POLEGADAS PARA SUB CONTRA BAIXO; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS; 01 AMPLIFICADOR DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS; 08 PHONES DE OUVIDO; 01 BATERIA COMPLETA; 02 PRATICAVEIS PARA BATERIA MEDINDO 1 M X 2 M; 07 DIRECT BOX PASSIVO; 08 DIRECT BOX ATIVO; 25 PEDESTAIS GIRAFAS; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA 52, RE 20 OU D 112 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SMS 81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10 MICROFONES MODELO SM 58 OU SIMILAR; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 05 - ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 16 PAR LED 3WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

CANAIS; 02 STROBOS 3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 WATTS: UMA MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 06 MOVING HEAD 575, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 32 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 06 - SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

02 CAIXAS DE SOM GRAVES, MÉDIOS E AGUDOS; 02 CAIXAS DE SUBGRAVES; 01 AMPLIFICADOR PARA SUBGRAVES, 01 GRAVE, 01 MÉDIO E 01 PARA AGUDO; 01 GERENCIADOR DE SISTEMAS DE 4 ENTRADAS E 8 SAIDAS; 02 EQUALIZADORES; 01 EFEITO; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE 32 CANAIS; 01 APARELHO DE CD/DVD; 10 MICROFONES MODELO SM 58 COM FIO OU SIMILAR; 02 MICROFONES MODELO SM 58 SEM FIO OU SIMILAR; 10 PEDESTAIS GIRAFAS; 06 DIRECT BOX; 04 MONITORES MODELO SM 400 OU SIMILAR E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 07 - ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS, 12 PAR LED 03 WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512
CANAIS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 24 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 08 - CARRO DE SOM

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

CARRO DE SOM MODELO KOMBI OU SIMILAR, CONTENDO 04 CAIXAS DE SOM COM 08
FALANTES DE 12 POLEGADAS, 04 DRIVER DE 150 WATTS CADA, 08 DRIVER DE AGUDO DE 100
WATTS CADA, 01 CONSOLE MIXER DE NO MÍNIMO 16 CANAIS, 01 CROSSOVER E 03 POWER DE POTÊNCIA DE 1.000 WATTS CADA, 02 MICROFONES SEM FIO, 05 MICROFONES COM FIO,
01 APARELHO DE CD/DVD, 01 GERADOR DE 5 KVA.

COMPOSIÇÃO 09 - SONORIZAÇÃO DE LINHA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

08 TORRES DE SOM COM GRAVES, MEDIOS E AGUDOS, AMPLIFICADORES, CROSSOVER OU PROCESSADOR DIGITAL, 02 MICROFONES SEM FIO, 02 MICROFONES COM FIO, 04 PEDESTAIS, 01 CONSOLE MIXER DIGITAL COM NO MINIMO 32 ENTRADAS E 16 AUXILIARES, 01 NOTEBOOK E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.
--

7.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato.

7.3.1 Da justificativa do caráter continuado da contratação

7.3.1.1 A contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização e iluminação, visa atender com qualidade e efetividade às necessidades do presente estudo.

7.3.1.2 A realização contínua dos serviços representa um suporte ao funcionamento das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, cuja interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

7.3.2 Da justificativa do prazo de execução

7.3.2.1 À vista do exposto, para viabilidade técnica e comercial das propostas apresentadas pelos licitantes, e diante das especificidades do objeto, sugerimos que o contrato tenha prazo de vigência de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

7.3.2.2 Tal prazo de vigência é mais vantajoso para a Administração em razão dos seguintes fatos e fundamentos:

- a) Do custo inicial da contratação: Trata-se de contratação de objeto específico, voltado para as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, cujo custo de implantação inicial envolve locação de equipamentos.
- b) Ampliação da concorrência: A contratação por este período torna o objeto a ser licitado mais atrativo, aumentando com isso o interesse dos possíveis licitantes pela competição.
- c) Previsão legal do prazo superior à vigência de créditos orçamentários: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021. A contratação prolongada, executada de forma contínua e caracterizada por atos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

reiterados, se faz necessária para que a prestação do serviço seja adequada à realidade. A razão da regra está cingida à inconveniência da paralisação das atividades que interessam à coletividade, o que colocaria em risco a satisfação do interesse público.

- d) Previsão no contrato de cláusula rescisória: A vigência sugerida não impede a Administração Pública de extinguir o contrato. A extinção contratual poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 106, inciso III, 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO:

8.1 Em razão das características do objeto a ser contratado, que permitem a sua divisão, o objeto será parcelado em itens.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

- Possibilitar a redução de custos operacionais;
- Possibilitar melhor emprego dos recursos financeiros;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- Permitir gestão integrada dos serviços, com redução do número de contratos e de servidores envolvidos na fiscalização;
- Possibilitar rápida adaptação a novos cenários de eficiência e economicamente viáveis.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

10.1 Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

11. COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE

11.1 Não aplicável.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

12.1 Entendendo o conceito de "Impacto Ambiental" como alterações no meio ambiente em consequência de atividades humanas (negativas ou positivas, permanentes ou temporárias) dentro do espaço geográfico, e após análise desta Secretaria, não se verificaram impactos ambientais advindos desta contratação.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

13.1 O Estudo Preliminar trouxe informações importantes acerca da contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos de sonorização e iluminação. Concluímos que este ETP evidencia que a contratação pretendida é viável e necessária para viabilizar os serviços que são oferecidos à sociedade, se mostrando técnica e economicamente viável.

13.2 Por fim, cumpre informar que a presente contratação está em conformidade com as condições de mercado existentes e contém as especificações necessárias para a contratação. Além disso, foram consideradas as necessidades reais da Secretaria e seguidas as orientações da legislação vigente.

Valença, 15 de abril de 2024.

Equipe Responsável pela elaboração do ETP:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

Luísa Lopes de Carvalho Veloso
Coordenadora de Turismo Cultural

De acordo:

Victor Emanuel do Couto
Subsecretário de Turismo

Valença, 15/04/2024.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Sonorização e Iluminação, incluindo Montagem e Desmontagem, para realização de eventos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo vinculada a Prefeitura Municipal de Valença/Rj.

2. DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

ITEM	DESCRIÇÃO	
1		
	<i>QUANTIDADE EQUIPAMENTOS:</i>	<i>TOTAL</i>
	- 25 DIÁRIAS, DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 01.	100.000,00
	- 25 DIÁRIAS, DE ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 02.	100.000,00
	- 15 DIÁRIAS, PAINEL DE LED'S PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 03.	60.000,00
	- 30 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS- COMPOSIÇÃO 04.	105.000,00
	- 30 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 05.	96.000,00
	- 15 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 06.	37.500,00
	- 15 DIÁRIAS, ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE PARA EVENTOS COM DURAÇÃO DE ATÉ 08 HORAS COMPOSIÇÃO 07.	30.000,00
	20 DIÁRIAS, CARRO DE SOM PARA ATENDER EVENTOS COM ATÉ 08 HORAS - COMPOSIÇÃO 08.	80.000,00
	- 04 DIÁRIAS, SONORIZAÇÃO DE LINHA PARA ATENDER EVENTOS DE ATÉ 08 HORAS DE DURAÇÃO -COMPOSIÇÃO 09.	31.600,00
	TOTAL	640.100,00
	<p>COMPOSIÇÃO 01 - SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE. RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:</p> <p>02 P.A. FLY: 12 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 OU LINE ARRAY CONTENDO CADA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM 250 WATTS; 12 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA; 02 AMPLIFICADORES DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 02 AMPLIFICADORES DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 02</p>	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

AMPLIFICADORES DE 1.600 WATTS RMS PARA MÉDIOS; 02 AMPLIFICADORES DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) DE 04 ENTRADAS E 08 SAIDAS COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS MONO, 08 GRUPOS DE VCA, 16 AUXILIARES, COM EQUALIZADOR, COMPRESSOR E GATE POR CANAL; 01 REGULADOR DE VOLTAGEM DE NO MÍNIMO 1.000 WATTS E 01 MULTICABO NO MÍNIMO 56 VIAS.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR.

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF 850 CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS

400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVER DE TITANIUM DE 250

WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB 850 CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18

POLEGADAS 800 WATTS CADA; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES;

01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 1.600

WATTS RMS PARA MÉDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS PARA OS DRIVES; 01

PROCESSADOR DIGITAL COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 08

MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 02 FALANTES DE 12 POLEGADAS 400 WATTS CADA E 01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 02 AMPLIFICADORES DE 2.700

WATTS RMS; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 48 CANAIS COM 24

AUXILIARES, 08 GRUPOS DE VCA; 02 COMBOS DE GUITARRA COM 02 FALANTES 120

WATTS RMS; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS RMS; 01 CAIXA DE

SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM; 01 CAIXA DE SOM COM 01

FALANTE DE 18 POLEGADAS; 01 BATERIA COMPLETA COM BUMBO, CAIXA, ESTANTE

DE CAIXA, 01 MÁQUINA DE HIT-HAT, 03 TONS, 01 SURDO, 01 PEDAL DE BUMBO E 03

ESTANTES DE PRATOS; 02 AMPLIFICADORES DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS

CADA; 16 PHONES DE OUVIDO; 01 RACK PARA BATERIA; 06 PRATICAVEIS PARA

BATERIA E PERCURSSÃO MEDINDO 1 M X 2 M; 12 DIRECT BOX PASSIVO; 07 DIRECT

BOX ATIVO; 25

PEDESTAIS GIRAFA; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES

SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA

52, RE 20 OU D 112 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SM



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10 MICROFONES MODELO SM 58

OU SIMILAR; 200 CABOS DE MICROFONES XLR; 20 CABOS P10/P10; 01 MICROFONE HET SET; 01 EAR FONE COM TRANSMISSOR SEM FIO E PHONE; 01 NOTEBOOK PARA A EXECUÇÃO DE MÚSICAS; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 02 - ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE.

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO:

18 refletores de LED de 15 watts cada RGBWA; 01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 01 CONSOLE DE ILUMINAÇÃO DMX 2048 CANAIS; 04 STROBOS 3.000 WATTS; 03 MÁQUINAS DE FUMAÇA

3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE SKY PAPER; 01 MINI FAN; 06 MOVING HEAD BEEN 280 10 R, 18

MOVING HEAD 575; 02 MINI BRUTT DE 4 LÂMPADAS; 02 MINI BRUTT DE 6 LÂMPADAS; 150

METROS DE CABOS DMX XLR; 02 SET LIGHT DE 1.000 WATTS; 01 MAIN POWER; 01 CANHÃO SEGUIDOR DE 2.000 WATTS; 40 GARRAS GLP 506; 12 PEÇAS TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 2

METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 3 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA Q

30 DE 4 METROS; 04 PEÇAS DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO Q 30 DE 1 METRO; 04 CURVAS DE ALUMINIO Q 30; 02 CUBOS DE ALUMÍNIO Q 30; 04 SLEVE DE ALUMÍNIO Q 30; 04 PAU DE CARGA;

200 PARAFUSOS; 04 TALHAS DE 5 METROS; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA; 50 CABOS

DMX XLR

COMPOSIÇÃO 03 - PAINEL DE LED'S

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 PAINEL DE LED P 12 COM NO MÍNIMO 10 PLACAS MEDINDO 1 X 1 METRO, TOTALIZANDO

10 METROS QUADRADOS OUTDOR; GRID DE TRELIÇA Q 30 DE ALUMÍNIO; CABEAMENTO NECESSÁRIO PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA; 01 PROCESSADOR DE VIDEO HDMI; 01

NOTEBOOK; 01 OPERADOR DE PAINEL DE LED.

COMPOSIÇÃO 04 - SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PA:

04 CAIXAS DE SOM MODELO KF OU LINE ARRAY CONTENDO CADA UMA 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS, 01 FALANTE DE 10 POLEGADAS 300 WATTS, 01 DRIVE DE TITANIUM 250 WATTS; 04 CAIXAS DE SOM MODELO SB CONTENDO CADA UMA 02 FALANTES DE 18 POLEGADAS 800 WATTS CADA OU SIMILAR; 01 AMPLIFICADOR DE 5.000 WATTS RMS PARA SUB GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 3.200 WATTS RMS PARA MÉDIO GRAVES; 01 AMPLIFICADOR DE 1.600 WATTS RMS PARA MEDIOS; 01 AMPLIFICADOR DE 600 WATTS RMS PARA DRIVES; 01 PROCESSADOR DIGITAL (GERENCIADOR DE SISTEMA) COM INVERSÃO DE FASES E TEMPO DE DELAY; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE NO MÍNIMO 32 CANAIS E 08 SUBGRUPOS

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MONITOR.

04 MONITORES DE VOZ CONTENDO CADA UM 01 FALANTE DE 15 POLEGADAS 400 WATTS E 01 DRIVE DE TITANIUM DE 250 WATTS; 01 CAIXA DE SOM COM 04 FALANTES DE 10 POLEGADAS ALUMINIUM PARA CONTRA BAIXO; 01 CAIXA DE SOM COM 01 FALANTE DE 18 POLEGADAS PARA SUB CONTRA BAIXO; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO 800 WATTS; 01 AMPLIFICADOR DE PHONES DE OUVIDO COM 08 CANAIS; 08 PHONES DE OUVIDO; 01 BATERIA COMPLETA; 02 PRATICAVEIS PARA BATERIA MEDINDO 1 M X 2 M; 07 DIRECT BOX PASSIVO; 08 DIRECT BOX ATIVO; 25 PEDESTAIS GIRAFAS; 25 MICROFONES MODELO SM 57 OU SIMILAR; 03 MICROFONES SEM FIO MODELO SM 58 OU SIMILAR; 01 MICROFONE PARA BUMBO MODELO BETA 52, RE 20 OU D 112 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA HIT HAT E OVER MODELO SMS 81/SM 94 OU SIMILAR; 03 MICROFONES PARA TONS MODELO BETA 56 OU SIMILAR; 10 MICROFONES MODELO SM 58 OU SIMILAR; CABEAMENTO PARA ALIMENTAÇÃO DE TODO SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 05 - ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS; 16 PAR LED 3WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA**

CANAIS; 02 STROBOS 3.000 WATTS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 3.000 WATTS: UMA MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 06 MOVING HEAD 575, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 32 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 06 - SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

02 CAIXAS DE SOM GRAVES, MÉDIOS E AGUDOS; 02 CAIXAS DE SUBGRAVES; 01 AMPLIFICADOR PARA SUBGRAVES, 01 GRAVE, 01 MÉDIO E 01 PARA AGUDO; 01 GERENCIADOR DE SISTEMAS DE 4 ENTRADAS E 8 SAIDAS; 02 EQUALIZADORES; 01 EFEITO; 01 CONSOLE MIXER DIGITAL DE 32 CANAIS; 01 APARELHO DE CD/DVD; 10 MICROFONES MODELO SM 58 COM FIO OU SIMILAR; 02 MICROFONES MODELO SM 58 SEM FIO OU SIMILAR; 10 PEDESTAIS GIRAFAS; 06 DIRECT BOX; 04 MONITORES MODELO SM 400 OU SIMILAR E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.

COMPOSIÇÃO 07 - ILUMINAÇÃO CÊNICA DE PEQUENO PORTE

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

01 RACK DIGITAL DMX 12 CANAIS, 12 PAR LED 03 WATTS; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512
CANAIS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA 1.500 WATTS, 30 METROS DE CABOS DMX XLR; 01 MAIN POWER; 24 GARRAS GLP 506; 50 METROS DE CABO DE ENERGIA.

COMPOSIÇÃO 08 - CARRO DE SOM

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

CARRO DE SOM MODELO KOMBI OU SIMILAR, CONTENDO 04 CAIXAS DE SOM COM 08
FALANTES DE 12 POLEGADAS, 04 DRIVER DE 150 WATTS CADA, 08 DRIVER DE AGUDO DE 100
WATTS CADA, 01 CONSOLE MIXER DE NO MÍNIMO 16 CANAIS, 01 CROSSOVER E 03 POWER DE POTÊNCIA DE 1.000 WATTS CADA, 02 MICROFONES SEM FIO, 05 MICROFONES COM FIO,
01 APARELHO DE CD/DVD, 01 GERADOR DE 5 KVA.

COMPOSIÇÃO 09 - SONORIZAÇÃO DE LINHA

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

08 TORRES DE SOM COM GRAVES, MEDIOS E AGUDOS, AMPLIFICADORES, CROSSOVER OU PROCESSADOR DIGITAL, 02 MICROFONES SEM FIO, 02 MICROFONES COM FIO, 04 PEDESTAIS, 01 CONSOLE MIXER DIGITAL COM NO MINIMO 32 ENTRADAS E 16 AUXILIARES, 01 NOTEBOOK E CABEAMENTO PARA LIGAÇÃO DE TODO O SISTEMA.
--

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação de serviços de sonorização e iluminação para eventos festivos é fundamental para garantir a qualidade, segurança e sucesso dessas ocasiões. A utilização de equipamentos profissionais e especializados contribui significativamente para a experiência do público, proporcionando um ambiente agradável e envolvente. Além disso, a contratação de uma empresa especializada nesse tipo de serviço assegura que as necessidades específicas de cada evento sejam atendidas, desde a montagem até a desmontagem, garantindo que tudo ocorra conforme o planejado. Em resumo, a justificativa se fundamenta na importância desses serviços para a promoção de eventos festivos de qualidade e sucesso.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A contratação para o objeto deste Termo de Referência está fundamentada com base na Lei Federal nº. 14.133/21.

5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Conforme estabelecido no item 2 presente neste Termo de Referência.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Experiência Anterior: Detalhes sobre a experiência da empresa em fornecer serviços semelhantes, incluindo eventos festivos anteriores atendidos e referências relevantes.

6.2. Equipe Técnica: Apresentação da equipe técnica responsável pela execução dos serviços, destacando suas qualificações e experiência no setor.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

6.3. Certificações e Licenças: Informações sobre as certificações, licenças ou qualificações específicas que a empresa possui, garantindo sua competência na prestação desses serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Receber da Contratada os serviços no dia estabelecido;

7.2 Verificar a qualidade dos produtos apresentados;

7.3 Realizar os pagamentos até 30 (TRINTA) dias após apresentação, pela contratada, da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente;

7.4 Fornece a Contratada todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas;

7.5 Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a imediata regularização das mesmas;

7.6 Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços e do contrato através de servidores especialmente designados;

7.7 Notificar, por escrito, a Contratada, da aplicação de eventuais penalidades, garantindo contraditório e a ampla defesa.

7.8 Enviar a nota de empenho emitida em favor da CONTRATADA;

7.9. Atestar a Nota Fiscal após o recebimento definitivo dos serviços;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

7.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.11. Zelar para que durante toda a vigência da Ata de registro de preços e contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo fornecedor, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA /CONTRATADA

8.1 Obriga-se a fornecer serviços para Secretaria requisitante, de acordo com as especificações contidas neste termo, e no contrato a ser firmado;

8.2 Na hipótese de o produto não atender às especificações, o mesmo será recusado, devendo a contratada substituí-lo por outro da mesma natureza e que seja adequado ao consumo;

8.3 A secretaria requisitante poderá cancelar a solicitação dos serviços, mediante comunicação à contratada, não cabendo ônus a Contratante caso o cancelamento seja efetuado com antecedência mínima de 12 (doze) horas da data prevista para prestação dos serviços;

8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e fiscais, e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.5 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6 Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços realizados, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

8.7 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à secretaria municipal de Governo, ou a terceiros;

8.8 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.9 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratados;

8.12 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

8.13 A Contratada é vedada transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, ficando a obrigada perante a secretaria requisitante, pelo exato cumprimento das obrigações contratuais;

8.14 Manter durante toda a vigência da ata de registro de preço e do contrato respectivo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Será responsável pela fiscalização dois representantes do setor requisitante, que atestará a nota fiscal e receberá os objetos de acordo com este Termo de referência.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

9.3 O responsável de cada setor anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.

10.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 Pelo cumprimento do objeto contratado, a Contratante pagará à Contratada, a quantia relativa a efetiva entrega dos materiais, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

10.2 Os pagamentos serão efetuados, em até 30 (trinta) dias, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

10.3 A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e conseqüentemente lançado no instrumento contratual.

10.4 Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada por meio de depósito bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade. Inclusive consultando com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

11.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, incluindo Montagem e Desmontagem.

Valença, 15 de abril de 2024

VICTOR EMANUEL DO COUTO
SUBSECRETÁRIO DE TURISMO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA